

Assembléia se transforma em ato público pelas 6 horas



Av. Rio Branco: parte dos presentes na assembléia, dia 10 de setembro

A assembléia em frente à Justiça Federal da Rio Branco, dia 10 de setembro, para mobilizar a categoria na luta pela redução da jornada e para deliberar sobre a posição do Sisejufe em relação ao PL 319 reuniu cerca de 70 pessoas.

Os presentes aprovaram, por unanimidade, a diretriz da Fenajufe e do Sisejufe pela imediata aprovação do PL 319 nos termos acordados com o governo federal, que vão produzir efeitos financeiros já a partir de janeiro de 2009. A

categoria entendeu que os benefícios do projeto como quadro único, carreira única e carreira típica de Estado e a redistribuição de servidores entre diferentes estados da federação fazem com que seja recomendável apoiar sua aprovação imediata. Os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves, Mariana Góes Lilia, Vera Lúcia Pinheiro e Roberto Ponciano deram informações sobre as negociações em curso com os magistrados em busca da redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias (veja matéria na página 3). No dia 11 de setembro, aconteceu assembléia semelhante

na Justiça Federal da Avenida Venezuela, com a presença do outros diretores do Sisejufe como Gilbert Azevedo, Og Caramillo e Dulavim Oliveira.

Na quinta-feira, 18 de setembro, o sindicato promoveu o Ato Unificado pela Redução da Jornada, no TRF da Rua do Acre.

CNJ intima TRT sobre Ato 569

Em decisão de 9 de setembro de 2008, no processo movido pelo Sisejufe, o Conselho Nacional de Justiça encaminhou intimação ao TRT-RJ para que preste informações acerca do Ato 569/2006, que determina a exoneração de cargo em comissão e dispensa de função comissionada, bem como a remoção dos servidores que se afastarem para licença para tratamento de saúde ou por motivo de doença na família. O tribunal tem 15 dias para prestar as informações necessárias sobre o ato abusivo, contados da data que receber a notificação. O procedimento tem como relator o conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá, que é também relator do processo movido contra o Ato 800 do TRE.

Mais Sisejufe toma posse para o triênio 2008-2011

Henri Figueiredo*

A gestão Mais Sisejufe tomou posse oficialmente, na noite de 27 de agosto, em cerimônia realizada no salão da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro (Caarj). Compareceram mais de 500 pessoas, a maior parte de servidores do Judiciário Federal. Entre os presentes, dirigentes sindicais de outras categorias, entidades do movimento social, o diretor da Fenajufe José Carlos Dias de Oliveira, o membro da CUT Nacional Adelisson Telles e a presidente da CUT Rio Neuza Luzia Pinto.

O presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, compôs a mesa e saudou a diretoria eleita. “Nós temos mantido com a direção do Sisejufe um diálogo produtivo e aberto. Podem ter a certeza de que os advogados estão também nessa luta. Há reivindicações que merecem todo o nosso apoio e solidariedade. A OAB, o Sisejufe, todas as entidades de servidores, devem estar unidas em torno deste objetivo comum: uma maior democratização do Poder Judiciário e uma maior transparência da sua administração”, discursou Damous, que estava acompanhado de seu vice, o advogado Lauro Schuh.

Para a presidente da CUT do Rio de Janeiro, Neuza Pinto, a central está orgulhosa do trabalho desenvolvido pelo Sisejufe e pelo fato de a direção eleita ter reivindicado e defendido a filiação à CUT durante a campanha eleitoral. “A vitória que essa direção que hoje assume teve nas urnas mostra a enorme legitimidade que ela conquistou junto à

categoria. E isso nos orgulha porque o Sisejufe sempre esteve ao lado dos trabalhadores das outras entidades e tem na prática um princípio fundamental, o princípio da solidariedade de classes”, disse Neuza.

Encerrando a breve cerimônia de posse, o diretor sindical Roberto Ponciano lembrou da série de embates que estão na

agenda do sindicato, como a luta pelo Plano de Carreira e pela redução da jornada para 6 horas diárias. “Temos a luta permanente contra assédio moral e pela criação de um coletivo para tratar questões específicas da área de saúde dos servidores”, lembrou Ponciano. “Vamos continuar o trabalho de manter o sindicato voltado para a categoria. Hoje estamos em festa, amanhã

a luta recomeça. É essa a mensagem: nossa gestão quer conquistar mais, mas não vai conquistar sozinha. As portas do sindicato estão abertas”, disse.

Logo após a cerimônia, em que também tomaram posse os representantes sindicais de base e seus suplentes, os convidados assistiram ao show do grupo carioca Razões Africanas formado e criado pelas cantoras do Jongo da Serrinha Dely Monteiro, Lazir Sinval e Luiza Marmelilo, pelo cantor Lucio Sanfilippo e pelos percussionistas Anderson Vilmar e Marcello Mattos.

Confira os balancetes de janeiro a março de 2008

Não perca os cursos e as promoções do Sisejufe

páginas 8, 9 e 10

página 11

LEIA TAMBÉM

Sisejufe discute a redução da jornada com a Ajufe-RJ

página 3

As propostas do sindicato para o Plano de Carreira

página central



Foto: Sérgio Brenner

*Da Redação, com Thais Vilela.

Reconhecimento de união homoafetiva caberá aos TRTs

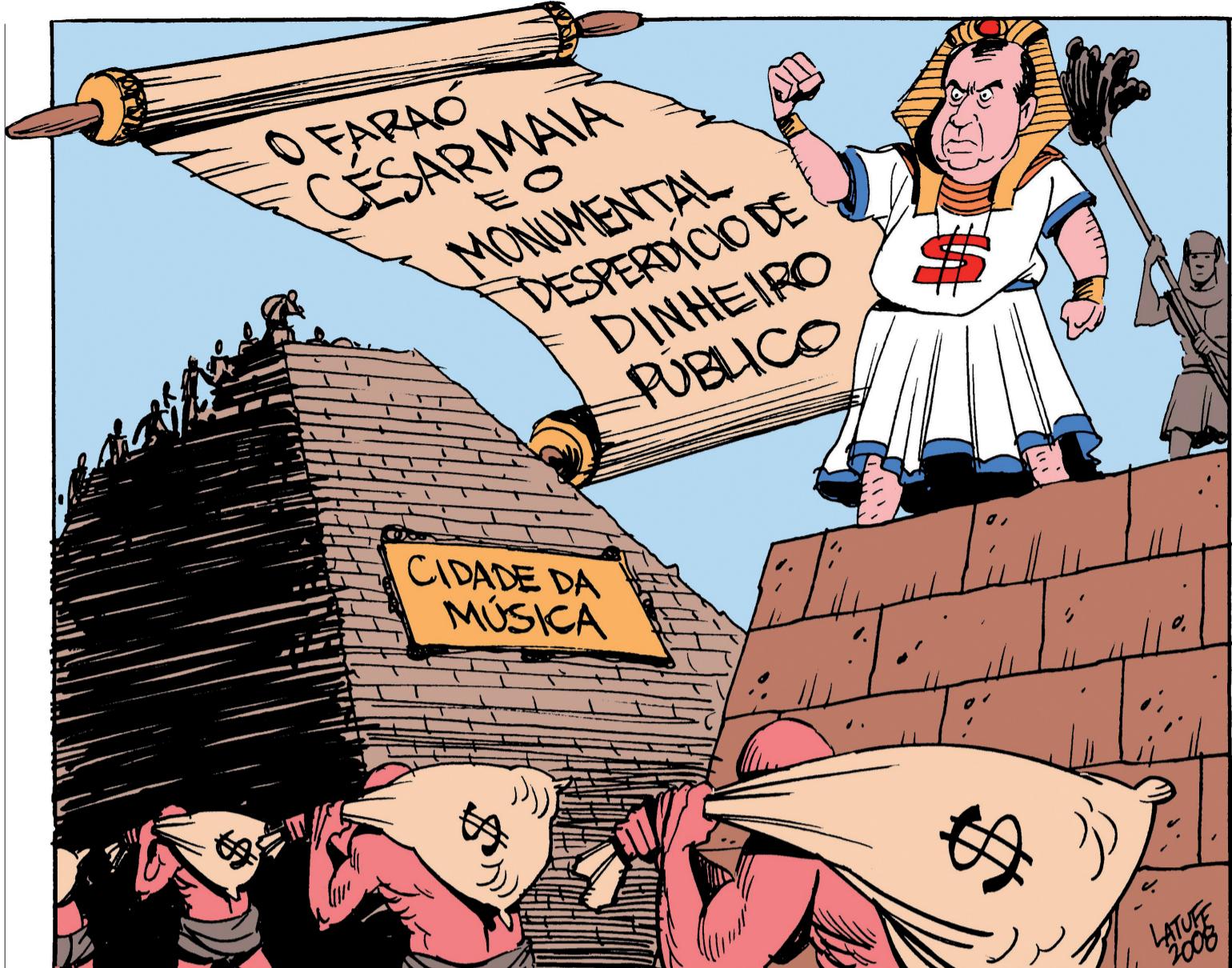
Ao julgar o processo 197278/2008-000-00-00-6, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) afirmou que caberá a cada Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em todo o país, a regulamentação do reconhecimento da união homoafetiva para fins de dependência econômica, inclusão previdenciária e de assistência à saúde dos servidores e dependentes. Com essa posição do CSJT, a direção do Sisejufe entrou com pedido de regulamentação no TRT e nos demais tribunais federais. A sessão do CSJT foi acompanhada pela assessora jurídica do Sisejufe Ludmyla Paranhos, que distribuiu memoriais para cada conselheiro.

Além disso, o sindicato já prepara uma ação civil pública que será ajuizada ainda em setembro pelo Departamento Jurídico e que vai beneficiar os servidores que não têm o direito reconhecido de incluir o companheiro ou a companheira, de mesmo sexo, no plano de saúde, nem tampouco deixar uma futura pensão ou de mais benefícios previdenciários.

Na ação civil pública, o Sisejufe usará como base de argumento diversos processos julgados no Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e nos TRFs, bem como métodos de integração normativa e princípios e regras constitucionais. Assim, o sindicato pretende demonstrar que a união homoafetiva suscita os mesmos benefícios derivados da união estável, não havendo razão para a discriminação administrativa dos tribunais.

“Vamos requerer o imediato reconhecimento dos efeitos jurídicos da união estável para a união homoafetiva”, afirma Roberto Ponciado, diretor do Sisejufe.

*Da Redação.



Sisejufe aciona CNJ contra Ato 800 do TRE

Justiça Eleitoral

CNJ intima tribunal a prestar informações sobre remoções

Cargos na JE

Os diretores do Sisejufe João Mac-Cormick e Valter Nogueira Alves estiveram reunidos na quinta-feira, 14 de agosto, com a diretora-geral do TRE Carlinda Pires para discutir a revogação do Ato 800, da presidência do tribunal, que prevê a possibilidade da administração remover unilateralmente os servidores que ficarem afastados do serviço para tratamento médico por mais de 15 dias. De acordo com Carlinda Pires, não há ilegalidade no ato, “haja vista que a Administração tem a prerrogativa de remover o servidor independente de estar ou não de licença médica”. No entendimento do Sisejufe, o Ato 800 fere a Lei 8.112/90 (o Regime Jurídico Único), que estabelece as possibilidades de remoção para

atender o interesse da administração e, em nenhuma hipótese, prevê a remoção após o período de licença médica do servidor.

No dia 25 de agosto, a direção do sindicato entrou com um procedimento de controle administrativo e com pedido de liminar no CNJ contra o Ato 800. O procedimento foi distribuído sob o número 2008.10.00.002009-0, tendo como relator o conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. No pedido, feito por meio do Departamento Jurídico do sindicato, a direção do Sisejufe pede a suspensão imediata do Ato 800 e a anulação definitiva de seus efeitos, assim como a de todas as remoções feitas indevidamente até o momento.

No documento encaminhado ao CNJ, a diretoria do sindicato argumenta que as remoções unilaterais e arbitrárias não podem ser admitidas como forma de punição ao servidor que saiu de licença médica, conforme reiteradas decisões judiciais sobre o assunto.

A presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) foi intimada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a prestar informações sobre o Ato 800. A intimação foi encaminhada em 26 de agosto pelo CNJ, resultante do procedimento protocolado pelo Sisejufe cobrando a suspensão da medida do TRE.

*Da Redação.

O CNJ terá que apreciar o PL 4.533/2004, de autoria do TSE, que cria cargos efetivos na Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro e de mais 13 estados. A proposta, que tramitava na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, foi encaminhada para análise do CNJ, conforme determina o artigo 88, incisos IV e V, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 20 de setembro de 2005 [Lei 11.178]. A Fenajufe, que já vem acompanhando a tramitação de projetos que criam cargos em órgãos do Judiciário Federal em vários Estados, verificou, na Câmara dos Deputados, a situação do projeto, e vai procurar os conselheiros para apresentar as argumentações favoráveis à aprovação do PL 4.533. A Fenajufe também vai reivindicar que os conselheiros incluam logo a proposta na sessão do CNJ. (Leonor Costa, da Fenajufe)

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2215-2443

PORTAL: <http://sisejufe.org.br>

ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilo Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – Thaís Vilela (Estagiária de Jornalismo) – **DIAGRAMAÇÃO:** Miguel Papi – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro. **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado.
8 mil exemplares.
DGD
Artes Gráficas

Sindicato e Ajufe discutem as 6 horas

Redução da Jornada Dirigentes de ambas as entidades expõem argumentos mas não chegam a consenso

Na tarde de 15 de setembro, o Sisejufe se reuniu com a Associação dos Juízes Federais – Seção Rio de Janeiro para discutir a redução da jornada de trabalho para 6 horas nos tribunais federais. Estiveram presentes os diretores sindicais Valter Nogueira Alves, Mariana Liria, Duíavim de Oliveira e o representante de base Glauco Cesar Machado. Pela Ajufe, participaram os magistrados Andréa Cunha Esmervaldo, atual vice-presidente, Fabrício Fernandes de Castro, Marcello Enes Figueira, Marcus Lívio Gomes e Walner de Almeida Pinto. O encontro serviu para que ambos os lados expusessem os argumentos em relação à redução da jornada de trabalho depois que o tema foi retirado da pauta do Pleno do TRF, em 4 de setembro, a pedido da juíza Andréa Esmervaldo.

Os diretores do Sisejufe defenderam a necessidade da redução da jornada, tendo em vista que ao longo dos últimos anos houve um grande acréscimo de produtividade devido à

implementação de novas tecnologias como, por exemplo, a virtualização dos processos. Esse acréscimo de produtividade leva à intensificação do trabalho e, consequentemente, a doenças laborais – tanto físicas quanto mentais. Tal incremento de produtividade não se traduziu em melhoria das condições de trabalho dos servidores. Os diretores do sindicato expuseram aos magistrados que, hoje, temos uma inversão no gráfico de licenciamento por doenças decorrentes da atividade laboral. Antes, em primeiro lugar estavam as doenças psíquicas – que ocupam agora a terceira posição. A principal causa de afastamento do trabalho por motivo de doença é a lesão por esforço repetitivo, já que o trabalho judicial se dá quase que inteiramente na frente do computador, sem que, no entanto, haja o reconhecimento da legislação específica que regula a atividade dos digitadores.

Na reunião, os diretores do sindicato lembraram que os

tribunais superiores e o TRT da 4ª Região, por exemplo, que reduziram a carga horário no trabalho tiveram resultados animadores em relação à produtividade: aumento, em média, de 20%. Também houve a diminuição dos licenciamentos devido a doenças laborais em mais de 30%.

Os magistrados membros da Ajufe se mostraram resistentes à redução da jornada por recearem diminuição da produtividade face ao grande acúmulo de feitos para julgamento, em especial na primeira instância. Os juízes acreditam que a redução agravaría tal situação. No entanto, todos se mostraram abertos a analisar um estudo que trouxesse maior embasamento teórico e principalmente empírico, a partir de experiências de outros órgãos que tenham implementado a jornada de 6 horas. As experiências dos STJ e do CJF, de acordo com os magistrados, não serviriam à comparação, pois “tais órgãos têm lotação completa e

número bem inferior de processos para analisar”.

Os representantes da Ajufe também indicaram a possível dificuldade que adviria do aumento do horário de atendimento ao público, alegando que o “balcão” já é hoje um “gargalo” em muitas varas. Em relação aos servidores que exercem funções comissionados, os juízes consideram que, por se tratar de cargos de confiança (e assim, com maior contrapartida financeira), seria justo que exerçam maior jornada de trabalho. O sindicato, por sua vez, defende a redução da jornada para todos os servidores, sem distinção. De acordo com os magistrados presentes ao encontro, foi a preocupação com a eventual aprovação da redução da jornada no Pleno do TRF, sem a sua participação no aprofundamento do debate, que os fez requerer a retirada do tema da pauta. Os juízes disseram, também, que querem recuperar para a Seção Judiciária os cerca de 300 servidores que hoje se encontram lotados no TRF.

Ao final, em que pese as diferenças de entendimento sobre as vantagens da redução da jornada para 6 horas, o encontro foi avaliado como um passo positivo e importante na relação entre as duas entidades representativas. Ficou acertado que as entidades voltarão a se reunir para tratar de temas específicos dos oficiais de justiça e dos agentes de segurança. Entre as deliberações consensuais, destacam-se: a luta aumento do número de servidores, independentemente da criação de novas Varas Federais; a verificação da competência para apreciação do tema da jornada de trabalho – o que, de acordo com a Ajufe, seria do CJF; a apresentação, pelo Sisejufe, de estudo acerca do aumento de produtividade com a redução da jornada, inclusive baseado em casos concretos; e o agendamento junto à Presidência do TRF para designação de uma reunião conjunta do Sisejufe com a Ajufe.

*Da Redação.

Sisejufe requer remuneração nas substituições de FC e CJ inferiores a 10 dias

Governo desiste de limitar reajustes de servidores

Novas negociações salariais envolvendo governo e servidores federais deverão ocorrer em 2009. Isso poderá acontecer pelo fato de a União ter desistido, este ano, de limitar os reajustes do funcionalismo público. Por iniciativa do Palácio do Planalto, o PLP 01, em tramitação desde 2007 no Congresso e que prevê a limitação, vai continuar parado como está. A demora em fechar a proposta de aumento 350 mil servidores federais, que ainda esperam a edição de uma medida provisória que lhes garanta o reajuste, teria sido a principal motivação para a desistência.

Em requerimento protocolado no TRF da 2ª Região, o Sisejufe pediu que os filiados que exercem FC ou CJ em regime de substituição, ainda que em período inferior a 10 dias, sejam remunerados com a retribuição da FC ou do CJ. A matéria encontra previsão na Resolução 3/2008 do CJF, bem como na anterior Resolução CJF 307/2003. Os Tribunais Regionais Federais, à exceção da 2ª Região, pagam corretamente a retribuição pelo período de substituição, assim como a Seção Judiciária do Rio de Janeiro, restando apenas ao TRF-2 a regularização da situação.

CNJ pede informações ao STM sobre nepotismo

O Departamento Jurídico do Sisejufe informa que no último dia 15 de agosto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pediu informações ao Superior Tribunal Militar e à Primeira Circunscrição Judiciária Militar do Rio de Janeiro, devido ao processo 200810000019117, em que o Sisejufe pede o afastamento de casos de nepotismo na Justiça Militar, que contrariam a Resolução CNJ 7-2005. O relator designado para o caso e responsável pelo pedido de informações é o ex-presidente da Associação dos Juízes dos Federais, conselheiro Jorge Antonio Maurique.

Mulheres ocupam maioria das FCs e CJs do TST

Na semana em que realizou a abertura do Seminário sobre os 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o TST exibiu estatísticas animadoras em relação às questões de gênero: predominantes no quadro de servidores, as mulheres são maioria, também, entre os ocupantes de cargos e funções comissionadas: 58,76% desses cargos são ocupados por servidoras. A proporção de mulheres que ocupam cargos e funções comissionadas é superior ao percentual de mulheres do quadro, que é de 56,4%.

Até mesmo nos dois principais cargos da hierarquia do Tribunal – a Secretaria-Geral da Presidência e a Diretoria-Geral da Secretaria – a divisão é paritária: a secretaria-geral é mulher, o diretor-geral é homem. Para o presidente do TST, ministro Rider Nogueira de Brito, a discriminação em relação à mulher no mundo do trabalho não faz parte da realidade do Tribunal. O TST foi o primeiro Tribunal Superior a ter uma mulher como ministra: Cnéa Moreira, ainda nos anos 90. Atualmente, a composição do Tribunal conta com cinco ministras e 22 ministros.

Sisejufe participa do 1º Conojaf em Belo Horizonte

Oficiais de Justiça

Virtualização dos processos, Plano de Carreira e GAE foram os principais temas

O 1º Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Conojaf) ocorreu nos dias 3 a 6 de setembro, no Hotel Ouro Verde, em Belo Horizonte. Os diretores do Sisejufe Márcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira e Vera Lúcia Pinheiro participaram do Congresso. O congresso teve um painel com o juiz federal Walter Nunes e discutiu a Virtualização dos Processos e o Plano de Carreira.

O discurso do juiz federal Walter Nunes, ex-presidente da Ajufe, sobre o Projeto de Execução Administrativa, causou grande apreensão nos congressistas. O anteprojeto é fruto de

consenso entre a Ajufe, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN) e o Conselho da Justiça Federal (CJF). Nele está prevista a perda de diversas atribuições da Justiça Federal, entre as quais, a penhora de bens. No projeto, a penhora passa para a fase administrativa com o nome de "Constrição Preparatória", a cargo de servidores da Fazenda Pública.

Sobre a questão da Virtualização dos Processos, Lei 11.419/2006, foi feita apresentação pelo advogado Alexandre Atheniense, especialista em *Internet Law*. Durante a apresentação, Atheniense discorreu sobre a irreversibilidade do pro-

cesso eletrônico, suas vantagens e desvantagens. Quanto aos oficiais de justiça, o advogado acredita que não há riscos às atividades, tendo em vista que muitas citações e intimações continuarão sendo feitas pelo modo ordinário.

O coordenador-geral da Fenajufe Roberto Policarpo apresentou diretrizes gerais para um possível Plano de Carreira, defendeu a recuperação do cargo de oficial de justiça e sugeriu que a nova tabela salarial tenha como parâmetro as carreiras do Fisco. Os diretores que representaram o Sisejufe no Congresso, obtiveram da Fenajufe o compromisso de trabalhar junto aos



Diretores do Sisejufe: Márcio Cotta, Vera Lúcia e Marcos André no Conojaf

tribunais superiores para evitar as perdas decorrentes da substituição da FC5 pela GAE.

Na quinta-feira, 18 de setembro, o Núcleo dos Oficiais de Justiça do Sisejufe promoveu

sua primeira reunião na gestão 2008-2011, na antiga sede do sindicato. No encontro foram dados informes sobre o Conojaf e se discutiu a organização do núcleo na atual gestão.

*Da Redação.

PEC 358 e Polícia Judicial concentram os debates

Agentes de Segurança

Sindicato enviou representantes à Brasília para o IV Encontro Nacional de Agentes

Nos dias 15 e 16 de agosto cerca de 250 agentes de segurança do Judiciário Federal em todo País encontraram-se em Brasília para o IV Encontro Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal. No dia 17, os trabalhos foram dedicados ao Coletivo Nacional dos Agentes de Segurança da Fenajufe (Conas). Ainda que a Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal (Agepoljus) tenha solicitado por ofício a cada tribunal o envio de profissionais ao evento, apenas o TRE do Rio de Janeiro liberou dois agentes – Moisés Santos Leite, que é diretor do Sisejufe, e Eduardo do Graça. O sindicato arcou, então, com o envio de outros quatro agentes: Luiz Alberto Feitosa e Nilton Pinheiro (ambos do TRT); Renato Gonçalves da Silva e Jefferson Moreira de Oliveira

(ambos do TRF). Entre os principais temas discutidos destacaram-se a importância da aprovação da PEC 358/2005 e da Polícia Judicial. Sobre o tema, o deputado federal Geraldo Magela (PT-DF) foi otimista e afirmou que já o próximo Encontro Nacional não será de "agentes de segurança", mas de policiais judiciais. Magela discorreu também sobre a inserção no movimento sindical, a estruturação da Segurança Judiciária, Ética e a nova postura do Agente de Segurança, Plano de Carreira, e sobre Projetos de Lei de interesse da categoria. A Presidente do Sintraem Sônia Peres reforçou a necessidade da Polícia Judicial e citou o exemplo os ataques ocorridos recentemente à Vara do Trabalho de Contagem. O ex-agente, hoje policial federal, Pehks Jones falou sobre o planejamento estratégico da Polícia

Judicial e lembrou que a categoria deve elaborar um manual de procedimentos e atribuições. O porte de arma, a jornada de trabalho, as atribuições, o seguro de vida, a fé pública e o livre acesso foram alguns dos tópicos sugeridos para serem incluídos no Plano de Carreira.

No domingo, 17 de agosto, os agentes de segurança se reuniram no 2º Encontro do Conas da Fenajufe. Nesse dia, os temas tratados foram da segurança institucional ao Plano de Carreira, passando pela futura Polícia Judicial. Em ambos os eventos todos foram unânimes em afirmar a necessidade de inserir a questão da segurança no Encontro Nacional do Judiciário, que ocorreu em 25 de agosto, e incluiu o tópico na Carta do Judiciário – redigida ao fim do evento (veja box).

Delegação do Sisejufe: à esquerda, Feitosa, Jefferson, Nilton e Renato. Abaixo, Moisés e Eduardo do TRE.



Carta do Judiciário

Os Presidentes do STF e do CNJ, do TSE, do STJ e do CJF, do STM, do TST e do CSJT, o Coordenador-Geral da JF e os Presidentes dos TRFs, dos TRTs, dos TREs, dos TJs, dos TJMs e do Colégio de Presidentes dos TJs, reunidos na cidade de Brasília, no dia 25 de agosto de 2008, para o Encontro Nacional do Judiciário, firmam a presente Carta, dirigida aos seus próprios órgãos, aos poderes públicos das esferas federal, estadual e municipal e à sociedade brasileira, cientes da função institucional do Judiciário, e da essencialidade de sua independência e integração para a concretização do Estado de Direito, comprometendo-se com o planejamento e com a execução, de forma integrada, de um conjunto de ações voltado ao aperfeiçoamento da instituição e à efetividade da prestação jurisdicional. Pautam este compromisso na crença no serviço público, na ética, na função institucional do Poder Judiciário, na segurança jurídica, no espírito público e de cooperação, na transparência e identidade institucional, no respeito às diferenças, na criatividade, na proatividade, na eficiência, na economicidade e na gestão democrática. São diretrizes do trabalho a celeridade, a facilitação e a simplificação da prestação jurisdicional e do acesso à Justiça, a ampliação dos meios de alcance à informação processual, o aprimoramento da comunicação interna e externa e do atendimento ao público, o aproveitamento racional e criativo dos recursos humanos e materiais, a valorização e a qualificação do corpo funcional, o desenvolvimento de políticas de segu-

Publicada lei que estende licença-maternidade por mais dois meses

Licenças Governo ainda estuda aplicabilidade da extensão às servidoras públicas federais

Max Leone*

Em 10 de setembro de 2008, foi publicada a Lei 11.770, que amplia o período da licença-maternidade às trabalhadoras grávidas dos atuais 120 dias para 180 dias, norma derivada da sanção do presidente Lula ao Projeto de Lei 2.513, da senadora Patrícia Sabóia (PDT-CE). A proposta foi aprovada no último dia 13 de agosto pelo Plenário da Câmara, autorizando a administração pública federal a estender o benefício aos servidores públicos. A lei cria o Programa Empresa Cidadã, no qual os patrões poderão aderir de forma voluntária e, assim, garantir isenção fiscal, como desconto do Imposto de Renda (IR) devido sobre o

valor integral dos salários pagos durante os dois meses adicionais de licença.

A equipe do governo se concentra para terminar um levantamento geral que verifique a aplicabilidade da extensão da licença às servidoras públicas. Técnicos dos ministérios do Planejamento, da Previdência, do Trabalho e da Fazenda vão preparar um relatório interno que tratará, entre outros pontos, do impacto financeiro no orçamento e da forma de como o novo prazo da licença será adotado nas repartições. A área de Recursos Humanos precisa também definir como seria feita a cobertura da licença para suprir a ausência da funcionária durante o tempo em que estiver de licença. De

acordo com o Ministério do Planejamento, depois de o projeto sancionado é preciso que o ministro Paulo Bernardo publique um ato regulamentando a questão, caso o governo decida garantir mais dois meses de licença para as servidoras que tiveram filhos.

Segundo o ministro da Fazenda Guido Mantega, os custos da medida, com renúncia fiscal com a medida chegará R\$ 800 milhões por ano. O ministro da Saúde José Gomes Temporão defende a extensão da licença, principalmente no que diz respeito à fase de amamentação. Conforme a área técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, a estimativa é que a amamenta-

ção evitaria 13% das mortes em crianças menores de cinco anos em todo o mundo.

“A chance de uma criança não amamentada ser internada por pneumonia nos primeiros três meses de vida é 61 vezes maior que aquela alimentada exclusivamente com leite materno. O risco de hospitalização por bronquite é sete vezes maior entre os bebês amamentados por menos de um mês. E mais: cerca de sete mil mortes de recém-nascidos no primeiro ano de vida poderiam ser evitadas com a amamentação na primeira hora do parto”, explica o ministro Temporão.

Ainda de acordo com dados do Ministério da Saúde, a ampliação da licença-materni-

dade também diminuirá os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com internações de crianças de até dois anos de idade, motivadas por diarréia e pneumonia. Segundo levantamento do ministério, apenas no ano passado, ocorreram 179.467 internações por diarréia e outras 321.310 por pneumonia, que somam um gasto de R\$ 246,8 milhões. O ministro comemorou a aprovação, pelo Senado Federal, e a decisão do presidente Lula de sancionar a lei que amplia de quatro para seis meses a licença-maternidade. Temporão reconheceu que o benefício fiscal concedido para estimular a empresa a cumprir a nova lei não é uma situação ideal.

*Da Redação, com Rudi Cassel.

Sisejufe promove audiência pública pela aprovação dos PLs 5829/05 e 2550/03



Texto e foto
Thaís Vilela*

Na tarde de 26 de agosto, o Sisejufe promoveu audiência pública com o deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ), na sede do sindicato, para discutir a aprovação dos Projetos de Lei 5.829/2005, que cria 230 novas varas federais em todo País, e 2.550/2003, que cria cargos na Justiça do Trabalho. A iniciativa foi do sindicato em parceria com o Movimento pela Aprovação do PL 5.829. De acordo com Bittar não há qualquer tipo de objeção ou obstáculo político para a aprovação dos PLs.

Sobre o conflito, ocorrido anos atrás, entre o Ministério do Planejamento e setores do Judiciário, Bittar disse que eram enviados, à época, Projetos de Lei sem a de-

vida previsão orçamentária. Segundo ele, a questão está superada e o objetivo hoje é colocar os PLs na pauta de votação diante de um volume muito grande de projetos que ficaram acumulados ou obstruídos pela oposição. “É preciso que os defensores destes projetos estejam em Brasília percorrendo os gabinetes das lideranças partidárias e da liderança do governo”, sugere. Bittar acrescentou que está procurando agendar reunião com o líder do PT na Câmara, deputado Maurício Rands, com o deputado Henrique Fontana (PT-RS) e com o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia. “Estou muito empenhado na aprovação desses PLs para que possamos expandir essas áreas do judiciário criando melhores condições de atendimento aos cidadãos que procura-

ram a Justiça, procurando agilizar os processos e permitir que a justiça possa funcionar como desejam os cidadãos brasileiros”.

Ao final, elogiou a ação do Sisejufe: “Eu fico muito satisfeito em ver o sindicato à frente dessa questão, defendendo os atuais servidores, mas levantando a bandeira de melhoria das condições de trabalho, das condições de funcionamento do poder judiciário no nosso país. O papel do sindicato é exatamente esse: congregar, orientar, unir as pessoas em torno de objetivos comuns e justos, como estes que estão sendo discutidos. E meu papel de parlamentar é de com toda a atenção, ouvir e ajudar a atingir este objetivo que é a aprovação dos PLs”.

*Da Redação.

Sisejufe sedia debate do Dieese sobre inflação

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e as centrais sindicais promoveram o debate “Inflação e as campanhas salariais”, no dia 18 de agosto, na sede do Sisejufe. Os membros do Dieese, Paulo Jager, coordenador de pesquisa no Rio de Janeiro, e Ademir Figueiredo, coordenador de pesquisa nacional, apresentaram dados estatísticos sobre a alta dos preços no país, e discutiram com cerca de 50 participantes a realidade da economia brasileira e seus impactos sobre a classe trabalhadora.

Ademir Figueiredo apresentou o diagnóstico do Banco Central que responsabiliza os assalariados pela inflação, e afirmou que os responsáveis pela inflação não são os salários, e sim a alta do petróleo refletida no preço dos alimentos. A solução, segundo ele, seria a Petrobras não repassar a alta do



Figueiredo Petróleo eleva a inflação.

insumo, que se reflete em todos os bens de consumo. Paulo Jager afirmou que a luta pela melhoria salarial caminha junto ao combate à inflação e com o crescimento da economia.

A presidente da CUT-RJ, Neuza Luzia Pinto, disse que a política econômica do Governo prejudica a classe trabalhadora em duas pontas: aumento dos preços dos produtos e aumento das taxas de juros, que reduzem os empregos e os salários. De acordo com Neuza, o governo precisa criar políticas públicas de apoio à produção da agricultura familiar para, assim, baixar o preço dos alimentos e os impostos sobre eles. (Thaís Vilela)

Sindicato defende, na Fenajufe, carreira com dez níveis

Plano de Carreira Sisejufe vai promover, em outubro, encontro para encaminhar propostas do Rio

Max Leone*

Um Plano de Carreira no Judiciário Federal com uma tabela salarial mais curta, com apenas dez níveis, e distâncias menores entre os cargos de auxiliar, analista e técnico. Essas foram propostas apresentadas e defendidas pelos diretores do Sisejufe Roberto Ponciano e Valter Nogueira Alves, durante a reunião ampliada sobre Plano de Carreira realizada pela Fenajufe, em Brasília, nos dias 30 e 31 de agosto. O projeto do Rio é bem próximo à proposta que os representantes de Brasília fizeram, mas há diferença na nomenclatura e na exigência de escolaridade para os cargos. Já a bancada de São Paulo propôs um projeto com 30 níveis de carreira e com progressão horizontal e vertical, um dos pontos de discordância do encontro. A reunião ampliada contou com a participação de 97 dirigentes de vários Estados. Foi criado um Grupo de Trabalho Nacional de Carreira e as propostas serão encaminhadas para debate aos sindicatos filiados à Fenajufe.

De acordo com Ponciano, todas as tabelas apresentadas no encontro terminam com o nível funcional.

final entre R\$ 18 mil e R\$ 19 mil, que é o que ganham hoje as carreiras típicas de Estado como TCU e Controladoria da União. No entanto, enquanto o menor salário na tabela de 30 níveis fica em R\$ 3 mil, uma diferença de R\$ 16 mil, o menor salário na lógica da carreira mais curta fica em R\$ 6 mil.

Os principais dissensos do plano se concentraram em dois pontos. O primeiro fica na tabela salarial, com o Rio de Janeiro propondo uma tabela com apenas dez níveis por cargo, encurtando as distâncias entre auxiliar, analista e técnico, contra os 30 níveis encaminhados por São Paulo. Os diretores do Sisejufe avaliam que a proposta paulista pode quebrar a paridade, por não haver garantias para a progressão horizontal aos aposentados, e que com uma carreira de 30 níveis, o número de avaliações da administração aumentaria, dando maior poder aos tribunais sobre os servidores. O Rio Grande do Sul não apresentou uma proposta definida, mas defendeu que haja evolução na carreira durante toda a vida

Entre os pontos de consenso estão a luta para garantir que não haja terceirização nos cargos da carreira; a definição de critérios objetivos e democráticos para as FCs e cargos em comissão; e paridade entre ativos e aposentados.

Na avaliação dos diretores do Sisejufe, a participação da sindicato do Rio na reunião ampliada foi de grande destaque, tendo em vista que as propostas apresentadas foram desenvolvidas em nove encontros preparatórios para o Plano de Carreira. O Sisejufe recebeu convites informais para participar de debates sobre o Plano de Carreira em outros estados e muitos sindicatos levaram propostas do Rio, inclusive com a tabela salarial, para debater com suas bases.

“Os dissensos não são ideológicos, mas vão balizar os debates. Nós, do Rio de Janeiro, defendemos uma carreira mais curta para que se diminuam as diferenças salariais entre auxiliares, analistas e técnicos. Quanto mais curta a carreira, menor o desnível”, afirma Valter Nogueira Alves.

*Da Redação, com Henri Figueiredo.

Estudo Remunerações Plano de Carreira - Proposta do Sisejufe

	Classe	Padrão	VB	GAJ	Remuneração
Analista Judiciário	A	24	R\$ 12.133,33	R\$ 6.066,67	R\$ 18.200,00
Analista Judiciário	A	23	R\$ 11.563,92	R\$ 5.781,96	R\$ 17.345,87
Analista Judiciário	A	22	R\$ 11.021,22	R\$ 5.510,61	R\$ 16.531,83
Analista Judiciário	A	21	R\$ 10.504,00	R\$ 5.252,00	R\$ 15.755,99
Analista Judiciário	B	20	R\$ 10.011,04	R\$ 5.005,52	R\$ 15.016,56
Analista Judiciário	B	19	R\$ 9.541,22	R\$ 4.770,61	R\$ 14.311,84
Analista Judiciário	B	18	R\$ 9.093,46	R\$ 4.546,73	R\$ 13.640,18
Analista Judiciário	C	17	R\$ 8.666,70	R\$ 4.333,35	R\$ 13.000,05
Analista Judiciário	C	16	R\$ 8.259,97	R\$ 4.129,99	R\$ 12.389,96
Analista Judiciário	C	15	R\$ 7.872,33	R\$ 3.936,17	R\$ 11.808,50
Técnico Judiciário	A	17	R\$ 8.666,70	R\$ 4.333,35	R\$ 13.000,05
Técnico Judiciário	A	16	R\$ 8.259,97	R\$ 4.129,99	R\$ 12.389,96
Técnico Judiciário	A	15	R\$ 7.872,33	R\$ 3.936,17	R\$ 11.808,50
Técnico Judiciário	A	14	R\$ 7.502,88	R\$ 3.751,44	R\$ 11.254,32
Técnico Judiciário	B	13	R\$ 7.150,77	R\$ 3.575,39	R\$ 10.726,16
Técnico Judiciário	B	12	R\$ 6.815,19	R\$ 3.407,59	R\$ 10.222,78
Técnico Judiciário	B	11	R\$ 6.495,35	R\$ 3.247,67	R\$ 9.743,02
Técnico Judiciário	C	10	R\$ 6.190,52	R\$ 3.095,26	R\$ 9.285,78
Técnico Judiciário	C	9	R\$ 5.900,00	R\$ 2.950,00	R\$ 8.850,00
Técnico Judiciário	C	8	R\$ 5.623,11	R\$ 2.811,56	R\$ 8.434,67
Auxiliar Judiciário	A	10	R\$ 6.190,52	R\$ 3.095,26	R\$ 9.285,78
Auxiliar Judiciário	A	9	R\$ 5.900,00	R\$ 2.950,00	R\$ 8.850,00
Auxiliar Judiciário	A	8	R\$ 5.623,11	R\$ 2.811,56	R\$ 8.434,67
Auxiliar Judiciário	A	7	R\$ 5.359,22	R\$ 2.679,61	R\$ 8.038,83
Auxiliar Judiciário	B	6	R\$ 5.107,71	R\$ 2.553,86	R\$ 7.661,57
Auxiliar Judiciário	B	5	R\$ 4.868,01	R\$ 2.434,00	R\$ 7.302,01
Auxiliar Judiciário	B	4	R\$ 4.639,55	R\$ 2.319,78	R\$ 6.959,33
Auxiliar Judiciário	C	3	R\$ 4.421,82	R\$ 2.210,91	R\$ 6.632,73
Auxiliar Judiciário	C	2	R\$ 4.214,30	R\$ 2.107,15	R\$ 6.321,45
Auxiliar Judiciário	C	1	R\$ 4.016,53	R\$ 2.008,26	R\$ 6.024,79

Elaboração: Washington Luiz Moura Lima

Estudo Remunerações Plano de Carreira Comparativo Atual X Propostas

Carreira	Pad	Proposta	Pad	Atual	Aumento R\$	Aumento %
Analista	24	18.200,00	15	10.436,12	7.763,89	74,39%
Analista	24	18.200,00	14	10.132,15	8.067,85	79,63%
Analista	23	17.345,87	13	9.837,04	7.508,83	76,33%
Analista	23	17.345,87	12	9.550,52	7.795,35	81,62%
Analista	22	16.531,83	11	9.272,35	7.259,48	78,29%
Analista	22	16.531,83	10	8.772,33	7.759,50	88,45%
Analista	21	15.755,99	9	8.516,83	7.239,17	85,00%
Analista	21	15.755,99	8	8.268,76	7.487,23	90,55%
Analista	20	15.016,56	7	8.027,92	6.988,64	87,05%
Analista	20	15.016,56	6	7.794,10	7.222,46	92,67%
Analista	19	14.311,84	5	7.373,80	6.938,04	94,09%
Analista	18	13.640,18	4	7.159,02	6.481,16	90,53%
Analista	17	13.000,05	3	6.950,51	6.049,54	87,04%
Analista	16	12.389,96	2	6.748,07	5.641,89	83,61%
Analista	15	11.808,50	1	6.551,52	5.256,97	80,24%
Técnico	17	13.000,05	15	6.360,70	6.639,35	104,38%
Técnico	17	13.000,05	14	6.175,44	6.824,61	110,51%
Técnico	16	12.389,96	13	5.995,57	6.394,39	106,65%
Técnico	16	12.389,96	12	5.820,94	6.569,01	112,85%
Técnico	15	11.808,50	11	5.651,40	6.157,10	108,95%
Técnico	15	11.808,50	10	5.346,64	6.461,85	120,86%
Técnico	14	11.254,32	9	5.190,91	6.063,41	116,81%
Técnico	14	11.254,32	8	5.039,72	6.214,60	123,31%
Técnico	13	10.726,16	7	4.892,93	5.833,22	119,22%
Técnico	13	10.726,16	6	4.750,42	5.975,74	125,79%
Técnico	12	10.222,78	5	4.494,25	5.728,53	127,46%
Técnico	11	9.743,02	4	4.363,35	5.379,68	123,29%
Técnico	10	9.285,78	3	4.236,26	5.049,52	119,20%
Técnico	9	8.850,00	2	4.112,88	4.737,13	115,18%
Técnico	8	8.434,67	1	3.993,08	4.441,59	111,23%
Auxiliar	10	9.285,78	15	3.767,06	5.518,73	146,50%
Auxiliar	10	9.285,78	14	3.604,84	5.680,94	157,59%
Auxiliar	9	8.850,00	13	3.449,61	5.400,39	156,55%
Auxiliar	9	8.850,00	12	3.301,06	5.548,94	168,10%
Auxiliar	8	8.434,67	11	3.158,91	5.275,76	167,01%
Auxiliar	8	8.434,67	10	2.988,56	5.446,11	182,23%
Auxiliar	7	8.038,83	9	2.859,87	5.178,96	181,09%
Auxiliar	7	8.038,83	8	2.736,72	5.302,12	193,74%
Auxiliar	6	7.661,57	7	2.618,87	5.042,70	192,55%
Auxiliar	6	7.661,57	6	2.506,09	5.155,48	205,72%
Auxiliar	5	7.302,01	5	2.370,95	4.931,06	207,98%
Auxiliar	4	6.959,33	4	2.268,85	4.690,48	206,73%
Auxiliar	3	6.632,73	3	2.171,15	4.461,58	205,49%
Auxiliar	2	6.321,45	2	2.077,65	4.243,80	204,26%
Auxiliar	1	6.024,79	1	1.988,19	4.036,60	203,

A maioria das propostas precisa ser melhor debatida

Plano de Carreira Confira abaixo os pontos consensuais e os polêmicos nas discussões da Fenajufe

Consensos na reunião ampliada

- 1) Conceituar carreira, cargo e classe na lei;
- 2) Definir as atribuições dos cargos em lei para evitar o desvio de função e a terceirização;
- 3) Garantir que não haja terceirização nos cargos da carreira;
- 4) Definir critérios objetivos e democráticos para as FCs e Cargos em Comissão;
- 5) Estabelecer a paridade entre ativos e aposentados;
- 6) Desvincular cursos em relação aos cargos e FCs para concessão de adicional de qualificação;
- 7) Melhorar a remuneração;
- 8) Criar condições de desenvolvimento na carreira;
- 9) Aumentar os percentuais de adicional de qualificação;
- 10) Carreira única;
- 11) Quadro único para a mobilidade.

Número de FCs e CJs por Órgão

Até maio de 2002	A Partir de 06/02	STF	STJ	JF	JM	JE	JT	JDFT	Sub	J.E. Cargos Total	Isolados	TOTAL
FC 10 CJ-4	2	2	7	1	25	84	3	124	8	132		
FC 9 CJ-3	64	126	785	60	120	2.528	264	3.947	7	3.954		
FC 8 CJ-2	27	85	368	3	489	673	63	1.708	18	1.726		
FC 7 CJ-1	40	83	312	14	54	186	-	689		689		
FC 6 FC-06	123	165	161	17	4	52	-	522		522		
FC 5 FC-05	5	111	6.759	78	911	5.533	652	14.049		14.049		
FC 4 FC-04	54	217	2.655	55	885	5.279	109	9.254		9.254		
FC 3 FC-03	40	-	683	31	170	4.653	369	5.946	2.373	8.319		
FC 2 FC-02	68	135	1.180	80	208	5.257	176	7.104	2.359	9.463		
FC 1 FC-01	32	-	362	16	255	2.210	230	3.105		3.105		
TOTAL	455	924	13.272	355	3.121	26.455	1.866	46.448	4.765	51.213		

Observações :
Existem 108 cargos sem definição de na JE.
Não há informações dos T.R.E. de DF, GO e RR.

Fonte:
Grupo de Trabalho de Estudos Salariais - Portaria nº 91/2000 -STF
Planilha originalmente elaborada para a FENAJUFE.

Elaboração: Washington Luiz Moura Lima

Estimativa Redução Orçamentária Extinção FC1 a FC4 Resumos e Comparação Propostas

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO E JDFT	
CUSTO FC/CJ COM VÍNCULO E OPTANTES	R\$ 1.837.046.459,20
CUSTO FC/CJ C/ VÍNCULO E NÃO OPT E S/ VÍNCULO	R\$ 295.045.722,10
TOTAL CUSTO ANUAL FC/CJ	R\$ 2.132.092.181,30
CUSTO ANUAL FC 1 a FC 4	R\$ 786.148.774,58
Percentual Custo FC 1 a 4 sobre o Total	36,87%

TOTAL CUSTO ANUAL PROPOSTA SISEJUFE Carreira Efetiva	R\$ 8.633.119.079,15
CUSTO ANUAL FC 1 a FC 4	R\$ 786.148.774,58
Percentual Custo FC 1 a 4 sobre o Total Custo Anual Proposta Sisejufe	9,11%
CUSTO PROP SISEJUFE CARRREIRA EFETIVA EXTINGUINDO FC 1 a 4	7.846.970.304,57

Observações:
Veja as observações nas planilhas de custo por Órgão, acerca da estimativa de número FC/CJ e por situação de Opção.
Os custos foram calculados com base no valor da remuneração na última parcela do PCS, em dezembro de 2008, por um ano.
Veja metodologia, critérios e observações sobre o cálculo do Total Custo Anual Proposta Sisejufe Carreira Efetiva, nas Planilhas específicas dessas estimativas.

Elaboração: Washington Luiz Moura Lima

Carreira Efetiva Estimativa Impacto Orçamentário Proposta Sisejufe Resumo Geral

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO E JDFT	
CUSTO ANUAL ESTIMADO PROPOSTA - ATIVOS	R\$ 6.884.410.466,25
CUSTO ANUAL ESTIMADO PROPOSTA - INATIVOS	R\$ 1.748.708.612,90
TOTAL CUSTO PROPOSTA	R\$ 8.633.119.079,15
CUSTO ATUAL ATIVOS	R\$ 8.704.967.035,83
CUSTO ATUAL INATIVOS	R\$ 1.855.838.747,69
TOTAL CUSTO ATUAL	R\$ 10.560.805.783,52
PERCENTUAL DE IMPACTO ATIVOS	79,09%
PERCENTUAL DE IMPACTO INATIVOS	94,23%
PERCENTUAL DE IMPACTO TOTAL	81,75%

Observações:
Os custos acima foram calculados para a carreira efetiva. Não estão incluídos os custos de anuênios, GAE, GAS e Adicional de Qualificação, dentre outros.
Veja observações nas planilhas de custo por Órgão, acerca da estimativa de número de servidores.
Se for comparado o custo acima com o custo total atual da folha, o percentual de impacto será bem menor, em função de que serão acrescentados os gastos com magistrados, FC/CJ e VPN, dentre outros.

Custo atual, é o valor relativo a remuneração na última parcela do PCS, em dezembro de 2008, por um ano.

Elaboração: Washington Luiz Moura Lima

Polêmicas na reunião ampliada

1) Definição de critérios objetivos e democráticos para as FCs e Cargos em comissão:

- 1.1 Redução/Extinção
 - a) Extinção das FCs de 1 a 4;
 - b) Extinção das FCs;
 - c) Manutenção apenas das funções FC1, FC2 e FC4 e CJs (Judiciário) e das funções FC1, FC2 e Cc3 a Cc7 (MPU);
 - d) Redução dos números de FCs e Cargos em Comissão;
 - e) Manter os valores de funções e Cargos em Comissão congelados;
 - f) Decréscimo gradativo dos valores de FCs e Cargos em Comissão.
- 1.2 Critérios de ocupação
 - a) Ampliar o percentual de ocupação de FCs e cargos em comissão para servidores efetivos do quadro;
 - b) Existir apenas FCs de cargos de coordenação;
 - c) 100% para servidores efetivos;
 - d) Garantir o máximo de percentual das CJs (Judiciário) e Ccs (MPU) para servidores do quadro(80% mínimo). Critérios: Prova escrita (peso 50%); Tempo de serviço(peso 50%) e Mandato definido(2 anos);
 - e) Ocupação por Gestão por competência (conhecimentos, habilidades e atitudes);
 - f) Ocupação de funções por um processo seletivo simplificado;
 - g) Eleição para cargos de direção e chefias;
 - h) Lista tríplice para ocupação de cargo de diretor geral.
- 1.3 Atualização de quintos incorporados.

2) Jornada de Trabalho de 30 horas sem redução de salários e benefícios

- a) Inclusão no Plano de Carreira, ou
- b) Encaminhar a luta separadamente

3) Formação

- a) Criação de uma Escola de Formação no Judiciário Federal e MPU com a participação de membros e servidores, além de representantes das entidades sindicais para criar políticas de formação para os servidores;
- b) Sistema de formação custeado pela união;
- c) Discutir a reestruturação das escolas existentes;
- d) Trabalhar com a ENAP e outras escolas de governos nacionais e internacionais;
- e) Aumentos dos percentuais de AQ: ações de treinamento(até 9%), graduação(até 10%), especialização(12%), mestrado(20%), doutorado(30%), segunda graduação(+ 10%).

4) Adicionais, gratificações e licenças:

- a) criação do adicional por desempenho periódico a cada 5 anos;
- b) anuênio;
- c) licença-prêmio;
- d) gratificação de atividades cartorárias;
- e) gratificações em cima do maior vencimento do cargo;
- f) mudança para Gratificação Judiciária e Ministerial.

5) Desenvolvimento na carreira:

- 5.1 Ascensão funcional
 - a)Critérios para habilitação: antiguidade(5 anos) e formação na classe correspondente; para classificação: prova escrita(90% de peso) e prova de títulos(10%) e para desempate : antiguidade, prova escrita e prova de título;
 - b) Ascensão funcional por tempo de serviço;
 - c) Concurso externo com reserva de vagas ou concurso interno com prova objetiva.
- 5.2 Cargo único;
- 5.3 Mudança na nomenclatura dos cargos e nos requisitos para ingresso;
- 5.4 Definição de áreas de atividade;
- 5.5 Progressão
 - a) Progressão vertical (por tempo de serviço) e horizontal (por formação) conjunta(interstício de um ano), sendo o critério paraprogressão horizontal 45 horas de cursos anuais promovidos pela administração, em caráter obrigatório;
 - b) Progressão vertical (por tempo de serviço) e horizontal (por formação) conjunta (interstício de dois anos alternados). Critério para progressão horizontal: 120 horas de cursos anuais promovidos pela administração, em caráter obrigatório;
 - c) Tempo de progressão na carreira: 10 anos, 15 anos ou 30 anos.
- 5.6 Carreira em Y;
- 5.7 Avaliação de desempenho com critérios objetivos.

6) Remuneração:

- a) Padrões: 10, 15, 16 ou 30;
- b) Discussão de subsídio;
- c) Referência financeira: tabelas de outras carreiras;
- d) Intercessão dos cargos.

7) Quadro único para unificação dos direitos

Balancete de verificação**Exercício: 2008****Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro****End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar****CNPJ: 35.792.035/0001-95****Levantamento em 31 de janeiro de 2008****ATIVO CIRCULANTE**

CAIXA	
CAIXA	1.047,00D
TOTAL DA CONTA	1.047,00D
 BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCO SUDAMERIS – C/C	723,77D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (TRF)	1.352,51D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (JF)	122.600,89D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (APLICAÇÃO)	120.114,04D
TOTAL DA CONTA	244.791,21D
 ESTOQUES	
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	7.026,60D
TOTAL DA CONTA	7.026,60D
 TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	252.864,81D

ATIVO PERMANENTE

 IMOBILIZADO	
INSTALAÇÕES	242.924,88D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	33.852,14D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	80.083,52D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	83.904,93D
IMÓVEIS	489.594,54D
VEÍCULOS	69.239,05D
SISTEMAS DE INFORMÁTICA	15.586,50D
EQUIPAMENTOS P/COMUNICAÇÃO	12.371,00D
TOTAL DA CONTA	1.027.556,56D
 TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	1.027.556,56D
 ATIVO DIFERIDO	
 DIFERIDO	
DIFERIDO	91.392,85C
TOTAL DA CONTA	91.392,85C
TOTAL DO ATIVO DIFERIDO	91.392,85C
 TOTAL DO ATIVO	1.189.028,52D

PASSIVO CIRCULANTE

 DÉBITOS SOCIAIS	
INSS A RECOLHER	8.915,09C
TOTAL DA CONTA	8.915,09C
 DÉBITOS FISCAIS	
IR.FONTE A RECOLHER S/FÉRIAS	531,25C
IR.FONTE A RECOLHER S/SALÁRIO	27,93C
TOTAL DA CONTA	559,18C
 OUTROS DÉBITOS	
SALÁRIOS A PAGAR	400,00C
FÉRIAS A PAGAR	2.806,55C
MENSALIDADE SINDICAL A RECOLHER	21,46C
ADIANТАMENTO DE SALÁRIO	16.819,36D
13º SALÁRIO A PAGAR	4.954,82D
TOTAL DA CONTA	18.546,17D
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	9.071,90D

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

 CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	75.726,70C
TOTAL DA CONTA	75.726,70C
 SUPERAVIT ACUMULADO	
SUPERAVIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	812.564,10C
SUPERAVIT – DO EXERCÍCIO DE 2007	257.788,98C
SUPERAVIT – JANEIRO DE 2008	52.020,64C
TOTAL DA CONTA	1.122.373,72C
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.198.100,42C
 TOTAL DO PASSIVO	1.189.028,52C

RECEITA BRUTA OPERACIONAL

 RECEITA	
MENSALIDADES ASSOCIADOS	154.305,53C
RECEITAS DIVERSAS	20.398,03C
TOTAL DAS RECEITAS	174.703,56C
 DESPESAS DO EXERCÍCIO	
DESPESAS GERAIS	
 DESPESAS C/ PESSOAL	
SALÁRIOS	21.498,97D
FÉRIAS	1.505,35D
INSS	5.655,07D
FGTS	1.798,65D
VALE TRANSPORTE	1.878,20D
ASSISTÊNCIA DENTÁRIA	34,22C
ADICIONAL NOTURNO	8,57D
HORA EXTRA	207,81D
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	32.507,40D
 DESPESAS GERAIS	
ENERGIA ELÉTRICA	2.172,79D
SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS	23.616,28D
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	7.561,87D
DESPESAS COM CARTÓRIO	4,50D
DESPESAS COM VIAGENS	1.738,36D
DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	121,30D
DESPESAS COM ESTACIONAMENTO	48,00D
DESPESAS COM GRÁFICA	110,00D
DESPESAS COM INFORMÁTICA	689,60D
DESPESAS COM TÁXI	2.680,90D
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1.429,19D
CONDOMÍNIO	3.339,90D
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	570,00D

 CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA FENAJUFE	
TELEFONE	6.314,80D
CORREIOS E MALOTES	2.373,57D
CÓPIAS E ENCADERNAÇÕES	16,20D
REVISTAS/JORNais E PUBLICAÇÕES	2.818,15D
LANCHES E REFEIÇÕES	617,13D
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	3.488,38D
DESPESAS C/FARMÁCIA	51,58D
DESPESAS COM INTERNET	1.808,90D
IPTU	1.591,23D
CURSOS E SEMINÁRIOS	1.805,00D
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	223,50D
EVENTOS	8.578,10D
CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA CUT	3.736,67D
TV POR ASSINATURA	600,90D
TOTAL DESPESAS GERAIS	89.068,34D
 DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
CUSTAS JUDICIAIS	483,71D
PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	228,14D
TOTAL DESPESAS TRIBUTÁRIAS	711,85D
 DESPESAS FINANCEIRAS	
MULTAS E MORA FISCAL	117,85D
DESPESAS BANCÁRIAS	216,65D
CPMF	60,83D
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	395,33D
 TOTAL DE DESPESAS DO EXERCÍCIO	122.682,92D
 APURAÇÃO DE RESULTADO	
RESULTADO DO PERÍODO	
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	52.020,64C

Balancete de verificação**Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro****End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar****Levantamento em 29 de fevereiro de 2008****Exercício: 2008****ATIVO CIRCULANTE**

CAIXA	1.047,00D
CAIXA	1.047,00D
TOTAL DA CONTA	1.047,00D

BANCOS CONTA MOVIMENTO	723,77D
BANCO SUDAMERIS – C/C	723,77D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (TRF)	1.352,51D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (JF)	181.147,80D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (APLICAÇÃO)	120.114,04D
TOTAL DA CONTA	303.338,12D

ESTOQUES	
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	7.026,60D
TOTAL DA CONTA	7.026,60D

TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	311.411,72D
----------------------------------	--------------------

ATIVO PERMANENTE

IMOBILIZADO	
INSTALAÇÕES	242.924,88D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	34.631,14D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	80.273,32D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	83.904,93D
IMÓVEIS	489.594,54D
VEÍCULOS	69.239,05D
SISTEMAS DE INFORMÁTICA	15.586,50D
EQUIPAMENTOS P/COMUNICAÇÃO	12.371,00D
TITULOS CMMC	3.250,00D
TOTAL DA CONTA	1.031.775,36D

TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	1.031.775,36D
----------------------------------	----------------------

ATIVO DIFERIDO

DIFERIDO	
DIFERIDO	91.392,85C
TOTAL DA CONTA	91.392,85C
TOTAL DO ATIVO DIFERIDO	91.392,85C
TOTAL DO ATIVO	1.251.794,23D

PASSIVO CIRCULANTE

DÉBITOS SOCIAIS	
INSS A RECOLHER	17.231,39C
FGTS A RECOLHER	1.881,03C
TOTAL DA CONTA	19.112,42C

DÉBITOS FISCAIS	
IR.FONTE A RECOLHER S/FÉRIAS	531,25C
IR.FONTE A RECOLHER S/SALÁRIO	996,57C
PIS S/ FOLHA	232,10C
TOTAL DA CONTA	1.759,92C

OUTROS DÉBITOS	
SALÁRIOS A PAGAR	1.966,52C
FÉRIAS A PAGAR	1.778,39C
MENSALIDADE SINDICAL A RECOLHER	21,46C
ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	17.901,81D
13º SALÁRIO A PAGAR	3.402,13C
TOTAL DA CONTA	10.733,31D

TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	10.139,08C
------------------------------------	-------------------

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	75.726,70C
TOTAL DA CONTA	75.726,70C

SUPERAVIT ACUMULADO	
SUPERAVIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	812.564,10C
SUPERAVIT – DO EXERCÍCIO DE 2007	257.788,98C
SUPERAVIT – JANEIRO DE 2008	52.020,64C
SUPERAVIT – FEVEREIRO DE 2008	43.554,73C
TOTAL DA CONTA	1.172.732,76C

TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.248.459,46C
TOTAL DO PASSIVO	1.251.794,23C

RECEITA BRUTA OPERACIONAL

RECEITA	
MENSALIDADES ASSOCIADOS	154.456,43C
RECEITAS DIVERSAS	19.265,03C

TOTAL DAS RECEITAS	173.721,46C
---------------------------	--------------------

DESPESAS DO EXERCÍCIO**DESPESAS GERAIS**

DESPESAS C/ PESSOAL	
SALÁRIOS	24.195,50D
INSS	6.066,52D
FGTS	1.881,03D
VALE TRANSPORTE	3.447,14D
ASSISTÊNCIA DENTÁRIA	152,20D
HORA EXTRA	189,54D
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	35.931,93D

DESPESAS GERAIS

ENERGIA ELÉTRICA	1.902,27D
SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	2.129,00D
SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS	12.231,46D
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	8.618,09D
DESPESAS COM VIAGENS	4.076,95D
DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	538,50D
DESPESAS COM ESTACIONAMENTO	247,60D
DESPESAS COM GRÁFICA	2.042,81D
DESPESAS COM INFORMÁTICA	722,76D
DESPESAS COM TÁXI	643,70D
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	425,52D

ASSISTÊNCIA CONTÁBIL**CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA FENAJUFE****TELEFONE****CORREIOS E MALOTES****CÓPIAS E ENCADERNAÇÕES****REVISTAS/JORNais E PUBLICAÇÕES****LANCHES E REFEIÇÕES****MATERIAL DE ESCRITÓRIO****DESPESAS COM INTERNET****CURSOS E SEMINÁRIOS****DESPESAS COM PANFLETAGEM****IPVA****MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS****EVENTOS****CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA CUT****TV POR ASSINATURA******TOTAL DESPESAS GERAIS******DESPESAS TRIBUTÁRIAS****PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO******TOTAL DESPESAS TRIBUTÁRIAS******DESPESAS FINANCEIRAS****DESPESAS BANCÁRIAS******TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS**</b**

Balancete de verificação**Exercício: 2008****Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro****End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar****CNPJ: 35.792.035/0001-95****Levantamento em 31 de março de 2008****ATIVO CIRCULANTE**

CAIXA	
CAIXA	1.047,00D

TOTAL DA CONTA	1.047,00D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCO SUDAMERIS – C/C	723,77D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (TRF)	1.352,51D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (JF)	178.407,07D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (APLICAÇÃO)	120.114,04D

TOTAL DA CONTA	300.597,39D

ESTOQUES

EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	7.026,60D

TOTAL DA CONTA	7.026,60D

TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE 308.670,99D

ATIVO PERMANENTE

IMOBILIZADO	
INSTALAÇÕES	242.924,88D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	38.170,14D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	80.273,32D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	83.904,93D
IMÓVEIS	489.594,54D
VEÍCULOS	69.239,05D
SISTEMAS DE INFORMÁTICA	15.586,50D
EQUIPAMENTOS P/COMUNICAÇÃO	12.371,00D
TITULOS CMMC	3.250,00D

TOTAL DA CONTA	1.035.314,36D

TOTAL DO ATIVO PERMANENTE 1.035.314,36D

ATIVO DIFERIDO

DIFERIDO	
DIFERIDO	91.392,85C

TOTAL DA CONTA	91.392,85C

TOTAL DO ATIVO DIFERIDO 91.392,85C

TOTAL DO ATIVO 1.252.592,50D

PASSIVO CIRCULANTE

DÉBITOS SOCIAIS	
INSS A RECOLHER	8.089,20C
FGTS A RECOLHER	1.929,38C

TOTAL DA CONTA	10.018,58C
DÉBITOS FISCAIS	
IR.FONTE A RECOLHER S/FÉRIAS	531,25C
IR.FONTE A RECOLHER S/SALÁRIO	1.929,12C
PIS S/ FOLHA	238,15C

TOTAL DA CONTA	2.698,52C

OUTROS DÉBITOS

SALÁRIOS A PAGAR	1.758,20C
FÉRIAS A PAGAR	3.230,24C
MENSALIDADE SINDICAL A RECOLHER	21,46C
ADIANTEAMENTO DE SALÁRIO	18.365,81D
13º SALÁRIO A PAGAR	3.402,13C

TOTAL DA CONTA	9.953,78D

TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE 2.763,32C

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	75.726,70C

TOTAL DA CONTA	75.726,70C
SUPERAVIT ACUMULADO	
SUPERAVIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	812.564,10C
SUPERAVIT – DO EXERCÍCIO DE 2007	257.788,98C
SUPERAVIT – JANEIRO DE 2008	52.020,64C
SUPERAVIT – FEVEREIRO DE 2008	43.554,73C
SUPERAVIT – MARÇO DE 2008	8.174,03C

TOTAL DA CONTA	1.174.102,48C

TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 1.249.829,18C

TOTAL DO PASSIVO 1.252.592,50C

RECEITA BRUTA OPERACIONAL

RECEITA	
MENSALIDADES ASSOCIADOS	152.879,57C
RECEITAS DIVERSAS	19.268,77C

TOTAL DAS RECEITAS 172.148,34C

DESPESAS DO EXERCÍCIO

DESPESAS GERAIS	
DESPESAS C/ PESSOAL	
SALÁRIOS	22.848,47D
FÉRIAS	1.129,84D
INSS	6.113,33D
FGTS	1.929,44D
UNIFORMES E VESTIMENTAS	1.400,00D
VALE TRANSPORTE	626,11C
ASSISTÊNCIA DENTÁRIA	152,20D
HORA EXTRA	976,17D

TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	33.923,34D

DESPESAS GERAIS	
REAVALIAÇÃO DO IMÓVEL	1.175,00D
ENERGIA ELÉTRICA	2.303,60D
SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	1.437,25D
SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS	12.231,46D
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	6.642,44D
DESPESAS COM VIAGENS	6.211,93D
DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.055,30D
DESPESAS COM ESTACIONAMENTO	238,10D
DESPESAS COM GRÁFICA	2.651,52D
DESPESAS COM CARTÓRIO	1.240,65D
DESPESAS COM TÁXI	3.895,19D
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	493,99D
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	622,50D

MATERIAL DE LIMPEZA	1.818,32D
CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA FENAJUFE	14.555,22D
ENCONTRO NACIONAL FENAJUFE	14.958,00D
TELEFONE	6.093,74D
CORREIOS E MALOTES	4.386,77D
CÓPIAS E ENCADERNAÇÕES	415,45D
REVISTAS/JORNais E PUBLICAÇÕES	17.385,75D
LANCHES E REFEIÇÕES	2.394,58D
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1.029,97D
DESPESAS COM INTERNET	418,80D
CURSOS E SEMINÁRIOS	70,00D
DESPESAS COM PANFLETAGEM	665,00D
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	346,70D
EVENTOS	550,00D
CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA CUT	3.772,54D
PLENÁRIA NACIONAL DA CUT	14.993,00D
TV POR ASSINATURA	401,00D
CONDOMÍNIO	3.323,40D

TOTAL DESPESAS GERAIS	127.777,17D

DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	238,16D
CUSTAS JUDICIAIS	297,23D

TOTAL DESPESAS TRIBUTÁRIAS	535,39D

DESPESAS FINANCEIRAS	
DESPESAS BANCÁRIAS	151,09D
MULTAS E MORA FISCAL	1.587,32D

TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS 1.

Bons, bonitos e baratos

Formação Sisejufe mantém quatro cursos abertos na sede da Presidente Vargas

Você quer cursos de qualidade, com professores especializados e ensino de alto nível? Você quer que este curso seja barato e acessível? O Sisejufe tem várias opções para lhe qualificar e a seus dependentes.

Curso de Atualização em Língua Portuguesa

O curso de Atualização em Língua Portuguesa é ministrado pelo mestre em Letras Waldemar Pedro Antônio e vem sendo um grande sucesso. O curso vale para o Adicional de Qualificação, na parte de treinamento. É ministrado em módulos de 30 horas, num total de 120 horas (o que dá 1% de adicional ao fim do curso). Em outubro, assim que a próxima turma de 20

alunos for fechada, inicia o módulo Fonética e Fonologia. O curso acontece todas as sextas-feiras, de 8 às 10h.

Curso de Língua Espanhola

"El tarado pelado corría con su saco rojo en las manos tras la buseta para coger una butaca". "El chico se pegó con otro a puñetazos." Pensando besteira após estas frases? Então você é mais um dos brasileiros que acham que falam e entendem espanhol mas, na verdade, precisam descobrir o idioma de Cervantes. Traduzindo: "O maluco careca corria com seu paletó roxo nas mãos atrás do ônibus para pegar uma poltrona". Na segunda frase, "Um menino se pe-

gou a socos com outro". Estes e outros segredos, mais sérios, do idioma de Neruda e Borges, você aprende no Curso de Espanhol do Sisejufe, que é ministrado por professoras graduadas e coordenado pela mestre em Língua Espanhola Maria Inês Storino. O curso está ainda em seu início e aceita novos alunos. O investimento é de R\$ 30 mensais para sindicalizados. Todas as segundas e quartas-feiras, das 8 às 9h20min.

Curso de Canto Coral

O curso de Canto Coral é ministrado pela professora Marília de Albuquerque e vai iniciar nova turma assim que o número mínimo de 15 alunos for alcançado. O curso acon-



Foto: Henrique Figueiredo

tece todas as terças e quintas-feiras, das 19h30min às 21h. A mensalidade é de R\$ 40 mensais para sindicalizados.

Curso de Língua Inglesa

Todas as segundas e quartas-feiras, das 9h30min às 11h,

Inscrições no endereço eletrônico formacao@sisejufe.org.br ou no telefone 2215-2443/ramal: 202 com Roberto Marins

No mês do servidor, Sisejufe faz promoções

Lazer e Cultura

Sindicalizados têm opções de viagens, show e programação infantil

Em 28 de outubro se comemora o dia do Funcionário Público. Neste ano, o Sisejufe está fazendo várias promoções dirigidas aos sindicalizados. Basta entrar na página de internet do sindicato e fazer a inscrição para concorrer a um fim de semana num hotel em Búzios, Saquarema ou Cabo Frio ou a ingressos para as Sessões de Histórias Fuxicando nos Tapetes, que vão acontecer no Centro Cultural Justiça Federal. O sindicato também está promovendo, na internet, uma enquete que vai definir a atração artística da já tradicional Festa do Servidor – em lugar ainda a ser definido.

Fim de semana grátis em Búzios, Saquarema ou Cabo Frio

O sindicato tem convênio com a CMMC Turismo – agência de turismo que funciona com uma rede de apart-hotéis (cmmcturismo.com.br). Em Búzios e Saquarema as unida-

des são de um ou dois quartos, e Cabo Frio de um quarto. Para participar basta enviar uma mensagem para o endereço [contato@sisejufe.org.br](mailto: contato@sisejufe.org.br) com o título Promoção Fim de Semana, informando nome, localização e o número de familiares que deseja levar. Os finais de semana e o local serão sorteados.

Fuxicando nos Tapetes

O sindicato vai distribuir ingressos para as Sessões de Histórias Fuxicando nos Tapetes que vão acontecer todos os fins de semana de outubro no Centro Cultural Justiça Federal. A atividade é dirigida aos filhos(as) dos(as) associados(as) e é uma boa pedida para comemorações do Dia da Criança. Para participar é só enviar mensagem para o endereço eletrônico [contato@sisejufe.org.br](mailto: contato@sisejufe.org.br) com o título Promoção Sessões de Histórias e solicitar ingressos informando o dia e a quantidade.

Festa do Servidor



Velha Guarda da Portela e Teresa Cristina? Geraldo Azevedo? Chico César? Outra atração? O Sisejufe quer saber da categoria qual a melhor atração para a Festa do Servidor. Dia e local ainda serão definidos – o certo é que será em outubro, mês do Funcionalismo Público. Visite nossa página na internet e vote. Depois é só esperar a divulgação da atração e entrar em contato com o sindicato para garantir o seu ingresso.



Dú Basconça cantando à Bangu

Cultura

Projeto Cultural Prata da Casa surge para abrir espaço aos talentos do Judiciário Federal



Max Leone*

Todas as vezes que tem um show marcado, a mudança começa no final do expediente. E sempre rende comentários dos colegas de repartição. "Presta atenção que ele vai começar a se transformar...". O "mutante" em questão é o técnico judiciário Rodrigo Moreira, de 45 anos, lotado há quatro anos na Seção de Mandados da Justiça Federal da Avenida Rio Branco, e que trabalha há 15 anos no serviço público. Em dias de apresentação, após encerrar suas atividades no Judiciário, às 19h, ele incorpora o músico, instrumentista e compositor Dú Basconça – apelido

que ganhou ainda no tempo da adolescência – e segue com seu violão em punho para tocar noite a dentro. "No serviço público, sou o Rodrigo Moreira. Quando saio de lá, passo a ser o Dú Basconça", afirma.

Rodrigo Dú Basconça Moreira é mais um talento que participa do Projeto Cultural Prata da Casa, uma iniciativa do Sisejufe, cujo objetivo é dar espaço a servidores das Justiças Federais do Rio que tenham veia artística e que queiram mostrar o seu valor. O projeto foi lançado no dia 27 de junho, durante o 4º Sarau Judicial Cool do sindicato. "O Prata da Casa fará parte do calendário cultural da entidade", informa Otton Cid, diretor do Sisejufe.

A arte como herança

Se dependesse de seu pai, Rodrigo seria músico erudito, mas ele enveredou pelo estilo popular por conta das músicas que ouvia de Martinho da Vila, Benito de Paula, Elton John, The Beatles e muita música negra americana e rock dos anos 70. "Fui criado num ambiente musical. Meu avô Natanael tocava flauta, meu pai, Rodrigo Siqueira, era mestre de banda, arran-

jador, tocava clarinete e minha irmã mais velha, Isabela, estudava piano. Então tenho uma herança musical forte. Desde os quatro anos de idade via meu pai estudando música clássica. Tudo isso ficou misturado na minha cabeça. Do clássico, o que mais me marcou foi a melodia que me ajuda muito na hora de compor. A música caminha o tempo todo comigo", afirma o músico, que ganhou seu primeiro instrumento, um violão, de presente do pai.

Como todo jovem, Rodrigo tinha sede de conhecimento, estava ávido por saber tocar, mas não nega que num determinado momento a preguiça atrapalhava um pouco os estudos nas primeiras aulas de violão e guitarra. Na verdade, queria era sair tocando logo, não importava o gênero: blues, samba, rock progressivo, jazz, bossa-nova, choro. Tudo. "Fui atraído pela figura do *guitar hero*. Queria é tocar tudo, queria ser o Jimmy Page de Bangu. Mas aos 25 anos acabei optando pela MPB", lembra o carioca nascido em Botafogo, mas criado no bairro da Zona Oeste do Rio, onde vive há 38 anos.

A opção pela Música Popular Brasileira pode ser senti-

da em suas composições que começaram a sair do papel em meados dos anos 90. O sonho de ver suas canções reunidas e gravadas inicia em 2003, quando convida amigos para interpretá-las. No ano seguinte, dá os primeiros passos na produção independente que resultaria no CD "Ah Bangu". As gravações só terminam em 2007, com o lançamento ocorrendo no final daquele mesmo ano. Todo esse processo só foi possível, devido a ocupação paralela que mantém. Ao passar no concurso público para a Justiça Federal, ele consegue viabilizar financeiramente o sonho de ser músico.

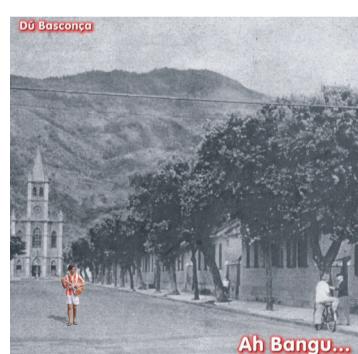
Atuando em grupos musicais desde 1987, apresentou-se em 1996 no show "Balão do Sampaio", no Hipódromo Up (Gávea) acompanhando o cantor Alexandre Roque. Com Roque fundou, em 1996, o grupo Coisa em Comum, de samba de raiz e que tinha na formação o percussionista Carlos José e o cantor Zé Ricardo Bardelini. O grupo chegou a se apresentar no Beco da Boemia, em Botafogo, no Antonino's Bar (Lagoa), na Lona Cultural Hermeto Paschoal, em Bangu e num festival de samba no Mistura Fina

(Lagoa). Como decorrência de sua paixão pela música, Rodrigo atuou como radialista/discotecário e tornou-se um pesquisador musical diletante, o que o levou a escrever o livro "Eu quero é botar meu bloco na rua" (Edições Muiraquitã, 2000), em que dissecava vida e obra do cantor e compositor capixaba Sérgio Sampaio, tendo redigido e apresentado especiais radiofônicos enfocando o artista.

Desde 2006, Dú Basconça integra o grupo de samba de raiz e chorinho Roda Carioca, cujos integrantes, além do cantor e compositor Marco Marinho, o acompanharam num show em dezembro último no Espaço Cultural Jorge Benjor, em Realengo, abrindo a noite para Zeca Baleiro. Tocou na Lona Cultural Elza Osbourne, abrindo para o "Amendoieira do meu tio", no Clube do Empresário (Candelária), abrindo um show de Díogo Nogueira, no Centro Cultural Memórias do Rio e na Casa Brasil Mestiço, ambas na Lapa, sendo que nessa última acompanhando a cantora e instrumentista Nilze Carvalho.

*Da Redação.

Faixas do CD "Ah, Bangu" podem ser ouvidas em <http://basconca.cjb.net>



O CD "Ah Bangu" é o primeiro trabalho autoral do compositor Dú Basconça. Várias letras são referências ao bairro de Bangu e à Zona Oeste como um todo. O título da obra refere-se a uma corriqueira expressão popular, que significa "coisa feita de qualquer maneira".

também fundamental na criação das vilas operárias e no surgimento do Bangu Athletic Club.

Nessa colagem também estão presentes os sons originais dos teares da fábrica, da antiga "Maria Fumaça" local e do apiário da fábrica, em sua modalidade mais curta. Os sons vieram do acervo particular do sonoplasta Geraldo José, "o mago dos sons", antigo morador do bairro. Em "Caroço", composta em parceria com Rogério Batalha, há um verso que fala do "aroma subversivo de Bangu". "Falando daqui", can-

tada por Dú Basconça, foi composta como uma espécie de resposta à canção "Subúrbio", do disco "Carioca", de Chico Buarque, parafraseando vários de seus versos, e citando no final a música "Futebol", também de Chico, um dos compositores favoritos do autor.

Quem quiser conhecer faixas do cd "Ah, Bangu" basta acessar <http://basconca.cjb.net>. Convites para shows e encostas do disco podem ser feitas pelo endereço eletrônico basconca@gmail.com. [Max Leone]

